



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no site da 7ª CCR e na Intranet

Sexta-feira (13/09) a Quinta-feira (19/09)

Manchetes

MPF: 7ªCCR pede esclarecimentos sobre bloqueio de verba do Fundo Penitenciário Nacional

O Dia: Membro da 7ªCCR defende que ações em aeronaves da polícia no Rio sejam filmadas

Jota: PGR denuncia cinco sob acusação de desvirtuarem investigação do caso Marielle

G1: Governo pede prorrogação da Força Tarefa de Intervenção em penitenciária de Roraima

Agência de Notícias do Paraná: Estado regulamenta atendimento à população GTT no sistema prisional

Jota: Ação que questiona mudanças na estrutura da PF está parada há um ano no STF

O Globo: Moro pede R\$ 560 milhões de fundo penitenciário que estão inacessíveis

O Globo: Com déficit bilionário, fundo penitenciário poderá ter doação de contribuinte e ajuda de loterias federais

Síntese das notícias

7ªCCR pede esclarecimentos sobre bloqueio de verba do Fundo Penitenciário

Nacional: A Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal (7ªCCR/MPF) encaminhou, nesta terça-feira (17), ofício ao diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Fabiano Bordignon, solicitando informações sobre a disponibilidade e eventual contingenciamento de verbas do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Matérias jornalísticas divulgadas recentemente pela imprensa nacional noticiam o bloqueio de mais de meio bilhão de reais do fundo pelo Ministério da Economia. O coordenador da Câmara, Domingos Sávio Dresch, explica que o eventual bloqueio de verbas do Funpen viola a Lei 13.500/17, além de contrariar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). “Essa informação é muito grave, uma vez que descumpra a decisão do STF na ADPF 347. Precisamos saber do Depen o que está sendo feito para o descontingenciamento dessa verba”, explicou o Subprocurador-Geral da República. O ofício também solicita informações sobre a eventual formalização de pedido de liberação das verbas do fundo ao Ministério da Economia e, caso exista, sobre o trâmite do procedimento. O prazo para resposta é de dez dias.

Fonte: MPF (17/9/2019). <http://bit.ly/2mjbEj>



Membro da 7ªCCR defende que ações em aeronaves da polícia no Rio sejam

filmadas: O Procurador Regional da República Marcelo Freire, coordenador do Grupo de Trabalho (GT) Interinstitucional de Defesa da Cidadania no Rio de Janeiro e membro titular da Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal (7ªCCR/MPF), defende que câmeras sejam instaladas dentro dos helicópteros das polícias. “Seria uma forma de garantir a exata fiscalização de operações, para sabermos se disparos estão sendo realizados quando necessários e de forma a não colocar moradores em risco”, afirmou. Segundo o procurador, as queixas sobre disparos feitos de aeronaves policiais, chamadas por ele de ‘caveirões aéreos’, são constantes no GT, que reúne as defensorias da União e estadual, movimentos sociais, Ministério Público Estadual e Ministério Público Militar. Por conta disso, em junho, Freire redigiu uma nota técnica, solicitando que a investigação de eventuais crimes praticados por policiais em operações a bordo de helicópteros sejam federalizados, ou seja, passem a ser de atribuição do Ministério Público Federal. Atualmente, a competência jurisdicional pertence ao Ministério Público Estadual. A lógica, para o procurador, pode ser atribuída para investigar possíveis mortes decorrentes de disparos feitos por agentes do estado, do interior de helicópteros. Já o Ministério Público Estadual não concorda. Em julho, ingressou com uma reclamação no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e conseguiu uma liminar suspendendo a federalização das investigações. “Tal orientação (nota técnica do MPF) representou interferência indevida nas atribuições dos MPs dos estados”, disse, em nota. O julgamento final da atribuição será no dia 24 deste mês, em audiência no CNMP.

Fonte: O Dia (16/9/2019). <http://bit.ly/2ktiflR>

PGR denuncia cinco sob acusação de desvirtuarem investigação do caso Marielle:

PGR apresentou denúncia no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra cinco pessoas por desvirtuarem investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. A PGR os acusa de atrapalhar a investigação sobre os mandantes do crime. Os denunciados são Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; o ex-agente da Polícia Federal Gilberto Ribeiro, o policial militar Jorge Ferreira; a advogada Camila Moreira Lima Nogueira e o delegado da polícia federal Helio Khristian. A Procuradora-Geral requisitou que a investigação sobre os mandantes seja transferida para a PGR, enquanto a investigação sobre os executores continua com o Ministério Público Estadual. Foi impetrado, também no STJ, um incidente de deslocamento de competência para transferir para a PGR a investigação sobre os mandantes do crime. “Neste momento, não interfiro na preclusão em relação a quem são os executores”, explicou.

Fonte: Jota (17/9/2019). <http://bit.ly/2lXASic>

**Governo pede prorrogação da Força Tarefa de Intervenção em penitenciária de**

Roraima: O governo de Roraima pediu pela terceira vez ao Ministério da Justiça a prorrogação da Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) no Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, o maior do estado. O pedido é para que o grupo fique mais 90 dias no presídio. A solicitação foi feita pelo governador ao ministro Sérgio Moro no dia 5 de setembro até "que se concluam as obras de melhorias da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (Pamc)". Com prazo para ficar no presídio até o dia 2 de outubro deste ano, a FTIP está exclusivamente na unidade desde novembro do ano passado e teve a atuação prorrogada por duas vezes. A FTIP foi enviada ao presídio quando o governo federal assumiu na gestão de todas as unidades prisionais de Roraima. No fim de fevereiro o Estado reassumiu a gestão das unidades prisionais, mas a FTIP seguiu em Monte Cristo.

Fonte: G1 (13/9/2019). <https://glo.bo/2m39ajS>

Estado regulamenta atendimento à população GTT no sistema prisional: O Governo do Paraná regulamentou os parâmetros de atendimento à população gay, travesti e transexual (GTT) em privação de liberdade no sistema prisional. O documento foi feito pelo Departamento Penitenciário do Paraná (Depen) e contou com apoio de órgãos da execução penal, do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da sociedade civil. O diretor-geral do Depen/PR disse que a portaria é um marco no País e responde a necessidade de proteger qualquer tipo de vulnerabilidade em razão da identidade de gênero ou orientação sexual. A regulamentação paranaense atende parâmetros nacionais e internacionais de respeito aos direitos fundamentais e está em consonância com a Resolução Conjunta 1/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBT), e uma decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI 4275) que reconhece aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo. A iniciativa atende, ainda, uma decisão do ministro Roberto Barroso, do STF, que determinou a transferência da população trans para unidades femininas, e ainda o Pacto Nacional de Enfrentamento à LGBTfobia, do qual o Paraná é signatário.

Fonte: Agência de Notícias do Paraná (17/9/2019). <http://bit.ly/2m3bKX6>

Ação que questiona mudanças na estrutura da PF está parada há um ano no STF: A ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 5515, em que a PGR questiona a constitucionalidade do artigo 10 da Portaria 2.877/2011, do Ministério da Justiça, está sem tramitar há um ano. O dispositivo diz que o Conselho Superior de Polícia, presidido pelo diretor-geral, é entidade de deliberação coletiva destinado a orientar as atividades policiais e administrativas em geral e a opinar nos assuntos de relevância institucional. A Ação pede ainda que sejam declaradas inconstitucionais as Resoluções nºs 1 e 2 de 2010 do Conselho Superior da Polícia e a Resolução Conjunta 1/2015, daquele Conselho e do



Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil. Para a PGR, as mudanças refletiram no controle externo da atividade policial, que é de competência do Ministério Público. Após a publicação desses dispositivos, órgãos policiais passaram a negar requisições de membros do Ministério Público, deixando de “fornecer informações e documentos, o que impõe obstáculos indevidos à realização do controle externo da atividade policial”. Por isso, pede concessão de liminar para suspender a eficácia dos dispositivos e a declaração de inconstitucionalidade no mérito.

Fonte: Jota (19/9/2019). <http://bit.ly/2mkUhJT>

Moro pede R\$ 560 milhões de fundo penitenciário que estão inacessíveis: Mais de meio bilhão de reais do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) estão bloqueados para uso. A verba é destinada aos estados para aplicação na área carcerária, com reformas e construção de presídios, compra de equipamentos, programas de modernização, entre outros investimentos. O Ministério da Justiça, que gere os recursos por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), já pediu a liberação de R\$ 563 milhões. O Ministério da Economia confirma que o pedido está tramitando, mas “ainda sem previsão” de autorização. Os recursos do Funpen não podem ser contingenciados, segundo prevê expressamente uma lei de 2017. O governo, porém, afirma que o bloqueio atual não caracteriza um “contingenciamento”, visto que se trata de arrecadação de exercícios anteriores, e não da dotação aprovada na lei orçamentária. No entanto, o próprio Ministério da Economia informa que, para cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal, a pasta de Sergio Moro já enviou a solicitação de acréscimo da dotação do atual exercício - caso em que fica permitido o uso do recurso.

Fonte: O Globo (14/9/2019). <https://glo.bo/2m3kcpq>

Com déficit bilionário, fundo penitenciário poderá ter doação de contribuinte e ajuda de loterias federais: Principal instrumento do governo federal para melhorar a situação carcerária no país, o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) está minguando. A arrecadação caiu 50% nos últimos quatro anos, passando de R\$ 672,9 milhões em 2015 para R\$ 343,5 milhões em 2018. Em 2019, a receita chegou a apenas R\$ 243 milhões até agora. O governo prepara um projeto de lei para capitalizar o fundo. A ideia principal é retomar uma fonte importante de arrecadação do Funpen perdida no ano passado: as loterias federais. Além da retomada das loterias, existe a possibilidade de que cidadãos possam doar ao sistema penitenciário com dedução no Imposto de Renda. A medida está sendo elaborada pelo próprio Depen para ser enviada ao Congresso após o aval do ministro Sergio Moro. Segundo o diretor-geral do Depen, a meta do governo é financiar 100 mil vagas no sistema penitenciário brasileiro em quatro anos. Cada uma delas custa de R\$ 50 mil a R\$ 80 mil. Além disso, aponta o diretor, é preciso ter verba para ajudar no custeio dessas unidades, cuja administração é de responsabilidade dos estados. Se contabilizado esse apoio extra, o recurso necessário por ano passa a R\$ 3 bilhões.

Fonte: O Globo (17/9/2019). <https://glo.bo/2ktqQoA>